

## A NOVA PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO: INOVAÇÕES OU CONTINUIDADES NO ENSINO DE HISTÓRIA?

### A NEW CURRICULUM PROPOSAL OF SÃO PAULO: INNOVATIONS IN EDUCATION OR CONTINUITIES OF HISTORY?

Keila Patrícia Gonzalez (FUNEC/FISA)

#### Resumo

O currículo vem sendo um dos temas que mais tem sido debatido na atualidade, considerando que está presente em diferentes locais, tempos e áreas do conhecimento. Para tanto, este texto objetiva analisar o material enviado para a disciplina de História, no Ensino Fundamental e Médio, na tentativa de perceber se há inovações ou apenas continuidades no ensino desta disciplina na rede estadual paulista. Para a realização deste estudo acompanhou-se as discussões relacionadas à implantação da Proposta Curricular por meio dos vídeos disponibilizados no *site* da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e da leitura dos documentos da Nova Proposta Curricular de História. Os materiais foram utilizados nas aulas e na participação das capacitações oferecidas pelo Estado aos professores. Foram vários materiais utilizados no processo de capacitação docente e, segundo as informações que constam no site da Secretaria da Educação este material faz parte das estratégias deste órgão para a melhoria da educação no Estado.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Currículo. História.

#### Abstract

The curriculum has been an issue which has been debated in the news, considering that is present in different locations, times and areas of knowledge. Therefore, this paper aims to analyze the material sent to the discipline of history in elementary and high school, trying to understand if there are innovations or just continuities in teaching this subject in the state of São Paulo. For this study followed up the discussions related to the implementation of Curriculum Proposal through the videos available on the website of the State Department of Education of Sao Paulo and reading the documents of the New Curriculum Proposal Story. The materials were used in classes and participation in the training offered by the state teachers. Various materials were used in the process of teaching and training, according to the information appearing on the website of the Department of Education this material is part of this national strategies for improving education in the state.

**Keywords:** Public Policies. Curriculum. History.

#### Introdução

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo lançou, em 2008, uma proposta curricular para ser implementada em todas as escolas estaduais. No presente trabalho analisaremos o material enviado para a disciplina de História, no ensino fundamental e médio, na tentativa de perceber se há inovações ou apenas continuidades no ensino desta disciplina na rede estadual paulista.

Para a realização deste estudo acompanhamos as discussões relacionadas à implantação da Proposta Curricular por meio dos vídeos disponibilizados no *site* da Secretaria

Estadual de Educação de São Paulo e da leitura dos documentos da Nova Proposta Curricular de História. Como professora da rede estadual, também utilizamos o material nas aulas e participamos das capacitações oferecidas pelo Estado aos professores.

## 1 A nova proposta curricular do Estado de São Paulo

A implementação da Proposta Curricular faz parte do *Programa São Paulo Faz Escola*, que está apoiado na utilização de materiais pedagógicos variados, como apostilas denominadas de *Cadernos do Professor* e do *Aluno*, jornais e DVD's enviados às escolas da rede com orientações específicas à equipe Gestora (Diretor, Vice-Diretor e Coordenador Pedagógico) e aos professores, para a utilização na unidade escolar. Segundo as informações que constam no site da Secretaria da Educação este material faz parte das estratégias deste órgão para a melhoria da educação no Estado:

A partir dos resultados do SAEB (hoje Prova Brasil), do Enem e de outras avaliações realizadas em 2007, o Governo do Estado de São Paulo elaborou 10 metas para a educação paulista, a serem conquistadas até 2010. Para isso, propôs uma ação integrada e articulada, cujo objetivo era organizar melhor o sistema educacional de São Paulo. A chamada Proposta Curricular criou uma base curricular comum para toda a rede de ensino estadual. (SEE/SP, 2011, n.p.).<sup>1</sup>

O início da implantação da Nova Proposta Curricular na rede estadual paulista ocorre no ano letivo de 2008 com a distribuição do *Jornal do Aluno* e da *Revista do Professor*. De acordo com as orientações da Secretaria de Estado da Educação, este material foi indicado para ser utilizado nos primeiros 40 dias letivos deste ano, com o objetivo de subsidiar, tanto os professores quanto os alunos, na realização das atividades em sala de aula. O *Jornal do Aluno* foi organizado por áreas, facilitando a compreensão do leitor, e a *Revista do Professor* tinha como objetivo orientar a aplicação das atividades propostas no referido *Jornal*. Além deste material, os professores e a equipe gestora também receberam orientações, por meio de vídeos tutoriais que apresentaram os princípios da organização do material. Neste primeiro ano apenas o professor possuía um material impresso a ser trabalhado com o aluno, denominado *Caderno do Professor*, no qual estavam contidas as situações de aprendizagem que deveriam ser desenvolvidas pelo professor em cada bimestre, assim como a maneira de realizá-la, bem como atividades e avaliações sobre o tema abordado.

A partir no ano de 2009 passou a fazer parte deste projeto o *Caderno do Aluno*, específico por disciplinas, e por bimestre, sendo desenvolvido e entregue aos estudantes de todas as séries. O *Caderno do Aluno*, diferentemente do *Caderno do Professor* que contém as orientações para a realização das situações de aprendizagem, apresenta apenas exercícios e orientações para atividades a serem desenvolvidas pelos discentes. Neste material, segundo as informações contidas no site da Secretaria da Educação: “[...] o aluno deve registrar as anotações, fazer os exercícios e desenvolver as habilidades do Currículo com a coordenação e mediação do professor”.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Default.aspx?alias=www.rededosaber.sp.gov.br/portais/spfe2009>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://WWW.rededosaber.SP.gov.br/portais/Default.aspx?alias=WWW.rededosaber.sp.gov.br/portais/spfe2009>>. Acesso em: 10 set. 2010.

Após dois anos da implantação do projeto a Secretaria anunciou que o currículo na Rede Pública Estadual encontrava-se consolidado. E desenvolveu um site de apoio à implementação deste, no qual o programa *São Paulo Faz Escola* está disponível para consultas. Neste site há roteiros para orientar discussões nas Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC).

Ainda que a Secretaria de Educação afirme que tenha desenvolvido uma pesquisa entre os professores, coordenadores e diretores para conhecer as experiências bem sucedidas de aprendizagem na rede pública paulista e, assim, ter subsídios para desenvolver a Nova Proposta Curricular, não deve ser esquecido que esta foi pensada por técnicos, motivo pela qual ter ficado distante, em muitos momentos, do universo do professor e do aluno, limitando a estes agentes apenas a função de executores.

Apesar desta característica, concordamos com Ciampe (2009) quando afirma que os vídeos que acompanham a implantação da proposta, assim como os que discutem a consolidação da proposta, evidenciaram um discurso de preocupação do governo estadual em melhorar a qualidade da aprendizagem dos alunos. Os profissionais envolvidos no processo são altamente qualificados em suas áreas de atuação. Os coordenadores das áreas possuem trajetórias intelectuais consolidadas e a equipe de professores dos diferentes componentes curriculares apresentam formação nas melhores universidades do país. Porém, esses profissionais, em geral, não agregam a sua formação a relação entre conhecimentos acadêmicos e escolares: dedicação à história das disciplinas e dos currículos escolares, ou das didáticas e das práticas e metodologias específicas de ensino-aprendizagem, por exemplo.

Quanto à denominação do Programa, desenvolvido para execução da Nova Proposta Curricular do Estado de São Paulo Ciampe (2009) afirma:

O título do projeto, 'São Paulo faz Escola', é adequado aos objetivos a serem alcançados pelo governo. Uma imagem, aliás, que visa retomar a centralidade perdida pela educação paulista no conjunto da nação, expressa nos últimos resultados do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), bem como nas avaliações nacionais, nas quais o desempenho desse estado ficou abaixo do esperado [...] o imaginário político sobre a região é retomado, historicamente, para fortalecer sua identidade coletiva, principalmente em momentos de crise institucional. (CIAMPE, 2009, p. 366).

Se por um lado o nome adotado pela Secretaria para esse Programa pretende se utilizar do imaginário político na tentativa de fortalecer a identidade coletiva devido à crise institucional escolar, por outro também demonstra um esforço ideológico desse órgão estadual para incentivar os professores e alunos à implementação da Nova Proposta, uma vez que estes não tiveram a oportunidade de participar ativamente de seus desenvolvimentos, cabendo-lhes apenas a sua execução para fazer da escola paulista um modelo de ensino com qualidade, ao menos na visão da Secretaria.

Essa Nova Proposta foi produzida em um contexto marcado por reformas educacionais, iniciadas no Brasil a partir da década de 90 e, em geral, influenciadas pelas teorias neoliberais. Por essa perspectiva, a educação passa a ser vista como um setor estratégico voltado à formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Isso fica bastante evidente nesta Proposta, quando afirma seus princípios centrais:

[...] a escola que aprende, o currículo como espaço de cultura, as competências como eixos de aprendizagem, a prioridade da competência de leitura e escrita, a articulação das competências para aprender a contextualização no mundo do trabalho. (SSP/SP, 2008a, p.11).

Essa mesma postura aparece em uma série de documentos divulgados por organismos internacionais, como o Banco Mundial e a Unesco. Nestes, predomina a ideia da necessidade de uma educação básica fundamental, para promover o crescimento e o alívio da pobreza em países em desenvolvimento, o que inclui tanto pensar ferramentas essenciais para a aprendizagem (leitura e escrita, a expressão oral, o cálculo e a resolução de problemas) quanto conteúdos básicos de aprendizagem para que os seres humanos possam sobreviver, tomar decisões e continuar aprendendo.

Uma das consequências dessa política educacional incide sobre a gestão do ensino público, tendo como base modelos mais flexíveis de administração traduzidos por participação da comunidade, descentralização das decisões, dos recursos e das responsabilidades. Desta forma, a Educação aparece como a grande viabilizadora do aumento da produtividade, do progresso, e, por extensão, da equidade social. (NORONHA, 2006, p. 57-56).

No caso da política educacional paulista, especialmente em relação ao Programa analisado neste trabalho, como afirma CIAMPI (2009) nota-se uma “aparente contradição” no papel desempenhado pelo Estado, pois, ao mesmo tempo que centraliza a definição das políticas públicas para a educação, também descentraliza sua função de executor, à medida que delega aos gestores, professores e alunos, a tarefa de aprender como fazer, da melhor forma possível, o que foi definido no plano curricular. Tal postura fica explícita na carta de apresentação da Nova Proposta Curricular:

A criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que deu autonomia às escolas para que definissem seus próprios projetos pedagógicos foi um passo importante. Ao longo do tempo, porém, essa tática se mostrou ineficiente [...]

Mais do que simples orientação, o que propomos, com a elaboração da Proposta Curricular e de todo material que a integra, é que nossa ação tenha foco definido. (SEE/SP, 2008a, p. 07).

Essa mesma ideia é reafirmada em 2010, quando é lançado o documento que segundo a Secretaria, representa a consolidação da Nova Proposta Curricular no Estado:

A partir dessa base curricular comum também foi possível definir as metas que os alunos têm direito a alcançar nas disciplinas estudadas e, conseqüentemente, avaliar o seu progresso em relação a essas metas e, quando necessário, fazer as devidas intervenções com vistas a melhorar o desempenho daqueles que porventura não consigam atingi-las. (SSP/SP, 2010, p.04).

Portanto, transfere-se para a escola e seus agentes a capacidade de implementar a proposta e atingir as metas governamentais, o que será verificado por meio de avaliações externas institucionais. Desta forma, o Estado desempenha apenas o papel de avaliador do desenvolvimento da nova proposta curricular, regulando as formas de aprendizagens da “comunidade aprendente”.

## 2 O ENSINO DE HISTÓRIA NA NOVA PROPOSTA CURRICULAR DE SÃO PAULO

Desde o final do século XX tem ocorrido um intenso debate sobre as metodologias do ensino de História. Muitas dessas propostas de renovação de temas e problemas do ensino têm sido incorporadas ao espaço escolar, tendo como referência o processo de discussão e

modificação curricular, desencadeado a partir dos anos 80. Esse processo significou a revalorização da História e da Geografia como áreas específicas. Durante os anos 90 essas disciplinas foram separadas nas séries iniciais do ensino fundamental e redimensionadas de 5ª a 8ª séries e no Ensino Médio.

Das mudanças decorrentes das inovações historiográficas e educacionais desse período desponta uma nova configuração do ensino de História, marcada por uma ampliação dos objetos de estudos, dos problemas, dos temas, das fontes históricas utilizadas em sala de aula. Os referenciais teórico-metodológicos foram, assim, diversificados. (FONSECA, 2003).

Porém, resta-nos refletir até que ponto essas inovações foram incorporadas pela rede estadual de ensino de São Paulo?

Pela análise da Nova Proposta Curricular de História podemos perceber alguns aspectos do que significa, atualmente, o ensino de História nas escolas estaduais. Nesta proposta, esta disciplina deve funcionar:

[...] como instrumento capaz de levar o aluno a perceber-se como parte de um amplo meio social. Assim, mesmo partindo das relações mais imediatas, por meio do estudo da História, o aluno poderá compreender as determinações sociais, temporais e espaciais presentes na sociedade. Por isso, recomenda-se que o desenvolvimento de capacidades de leitura, reflexão e escrita – objetivo central deste programa curricular – parta de situações cotidianas, para avaliar as influências históricas (portanto, sociais e culturais) que condicionam as formas de convivência coletiva. (SEE/SP, 2008a, p. 36).

Pela leitura dos documentos que compõem esta Nova Proposta fica evidente que um dos aspectos centrais do ensino de História na rede estadual paulista é o desenvolvimento da leitura e da escrita pelo aluno. Para Ciampi (2009) essa centralidade na área da Língua Portuguesa, com a conseqüente descaracterização da disciplina de História nos remete à discussão da noção de interdisciplinaridade. Quando se coloca a Língua Portuguesa como eixo estruturador do currículo, atribui-se um papel secundário as demais disciplinas, que passam a ter basicamente a função de assessorar a disciplina-mãe e a interdisciplinaridade não se concretiza efetivamente. Interdisciplinaridade entende-se a prática da construção de um saber não fragmentado, que desenvolva a compreensão da realidade e da participação do educador/educando como constituintes do conhecimento. A concepção de currículo interdisciplinar que embasa a Nova Proposta Curricular significa, na prática, uma subordinação das diversas disciplinas a uma concepção disciplinar de linguagem. Em outras palavras, a disciplina Língua Portuguesa orienta os trabalhos com textos para leitura.

Neste aspecto remontamos à afirmação de Martins (1996) que demonstra com clareza como a elaboração do currículo implica dar prioridade em determinado conteúdo curricular e selecionar informações e métodos de ensino, resultando na legitimação de determinados conhecimentos e, por isso mesmo, expressando uma ideologia. Daí o uso político nas disputas do poder educacional, seja por parte dos grupos que estão dirigindo e exercendo a autoridade nos serviços públicos e privados relacionados com a Educação, seja por parte dos grupos que pretendem, em momentos de confronto, assumir esse papel diretivo e eliminar a influência daqueles que os antecederam com projetos opostos. No currículo são incorporadas as discussões sobre a função social e política da escola, qual o perfil do profissional da Educação apto a desenvolvê-lo junto aos alunos, para que tipo de aluno se destina e qual aluno pretende formar, além de envolver o tipo de relação social que se estabelece no interior das instituições escolares reprodutoras ou questionadoras da realidade social.

Por essa lógica, a centralidade da Língua Portuguesa na Nova Proposta Curricular de História representa um ajuste da política educacional paulista às orientações dos organismos internacionais em nome das “necessidades básicas de aprendizagem”, reduzindo a identidade do ensino de História à concepção de uma nova estética do mundo. A explicação para a organização dos conteúdos básicos pela equipe técnica justifica-se:

[...] no currículo de História em vigor na rede pública estadual de ensino de São Paulo, optou-se por estabelecer recortes temático-conceituais que abarquem temas e questões que caracterizam, com elevado grau de unanimidade, a própria identidade da disciplina e, portanto, podem ser considerados essenciais. (SEE/SP, 2010, p.31).

Se há uma continuidade na escolha dos temas, segundo o mesmo documento a inovação do material estaria justamente no tratamento desses temas acompanhados às tendências mais atuais do pensamento historiográfico:

[...] além de preservar e valorizar a autonomia docente, os materiais de apoio ao currículo (Cadernos do Professor e do Aluno) buscam o diálogo, jamais a imposição, pois foram elaborados sempre sob a forma de sugestões, acompanhadas de indicações de livros e materiais diversos. (SEE/SP, 2010, p. 32).

Embora o material que acompanhe a proposta sempre se coloque como sugestão, o que se percebe, na maioria das vezes, é sua imposição, uma vez que avaliações externas são construídas a partir do desenvolvimento das habilidades “sugeridas neste material”.

Os *Cadernos dos Alunos e dos Professores* são elaborados por bimestre, período no qual deve ser desenvolvido quatro situações de aprendizagem. No caso do *Caderno do Professor* há toda uma orientação de como deve ser desenvolvida as atividades em cada situação de aprendizagem proposta, o que abarca a sondagem inicial dos alunos em relação ao tema trabalhado, a quantidade de aula a ser desenvolvida, temas e a sequência de atividades a serem realizadas, competências e habilidades a serem atingidas, estratégias e recursos empregados, além das formas de avaliação e de recuperação. Essas orientações indicam uma tentativa de padronizar as aulas, mesmo que, em alguns momentos, nas situações propostas haja indicativo para realização de atividades diferenciadas. Em geral, o tempo exigido para a realização da situação de aprendizagem dificulta sua execução. As coordenações das escolas realizam um acompanhamento das situações de aprendizagem para verificar se professor está cumprindo o cronograma proposto. Na tentativa de manter os prazos, o professor se limita a desenvolver as atividades contidas no *Caderno do Aluno*, em geral acompanhadas do livro didático.

A organização do *Caderno do Professor* e *Caderno do Aluno* é diferente dos critérios utilizados pelos PCNs no que diz respeito ao saber histórico escolar, pelo menos sob dois aspectos, na medida em que nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) baseiam-se em eixos temáticos organizados com base em problemáticas sociais amplas, desdobrados em subtemas e oferecendo a possibilidade de escolha de um vasto conjunto de conteúdos ao professor. Tal organização incentiva o docente a fazer seleções de conteúdos, de conceitos e de intervenções pedagógicas, privilegiando, assim, a reflexão e a autonomia desse profissional. Diferentemente, na Nova Proposta Curricular de São Paulo o professor é limitado à função de executor, não tendo possibilidade de escolha dos conteúdos “propostos”.

Também cabe destacar que a seleção dos conteúdos feita nesta Nova Proposta Curricular privilegia os temas de História Geral, dando um pequeno espaço aos de História do Brasil. Estes são desenvolvidos por ordem cronológica, o que em alguns momentos dificulta a possibilidade do aluno perceber as continuidades e rupturas presentes na História. Como

exemplo, pode-se citar os *Cadernos do Aluno* da 5ª série, cuja primeira Situação de Aprendizagem aborda os sistemas culturais de notação do tempo ao longo da História e a última Situação desta série estuda o Império Bizantino e o Oriente no imaginário medieval. A partir da 6ª série é proposto nos *Cadernos* uma História Integrada, ou melhor, intercala-se temas de História do Brasil e da América à História Européia.

Na leitura do material que compõe a Nova Proposta Curricular para a escola estadual paulista na disciplina de História fica evidente a pretensão de colocar em sala de aula as discussões acadêmicas recentes, porém privilegiando a releitura de “velhos temas clássicos”, em detrimento de novos temas. Além disso, nesse material há uma clara ênfase do papel da cultura ocidental na história da humanidade, em prejuízo da cultura dos povos não europeus. O que aparece justificado no texto da Nova Proposta da seguinte forma:

[...] não foram promovidas transformações substanciais nos conteúdos habituais, pois o que está em causa são as formas de seu tratamento e a ênfase que se dá a cada um deles, o que se evidencia a partir da valorização de determinados conceitos (trabalho, vida cotidiana, memória, cultura material, por exemplo), da integração – cada vez mais buscada – com outras disciplinas, do uso de fontes diversas, do reordenamento dos temas em séries ou segmentos específicos etc. (SEE/SP, 2010, p. 31).

Na análise dos *Cadernos* e na prática da sala de aula, nota-se uma fragmentação muito grande dos temas, que, desenvolvidos a partir da centralidade da leitura e escrita, muitas vezes dificultam a compreensão do aluno e remete ao método tradicional de ensino. Neste aspecto vale lembrar a observação de Bittencourt, quando comenta o método tradicional:

[...] Fundamenta-se na idéia de que *ensinar é transmitir um conhecimento e aprender é repetir tais conhecimentos de maneira como foi transmitido*, sustentando que o aluno não possui nenhum saber o que está sendo apresentado como objeto de ensino. Tais concepções de ensino e aprendizagem explicam por que um método tradicional pode ser utilizado com tecnologia avançada. (BITTENCOURT, 2009, p. 230).

Neste sentido, a proposta favorece o desenvolvimento do método tradicional, quando determina os conteúdos e a maneira de estudá-los. Daí a concordância com Ciampi (2009) ao apontar as dificuldades desse tipo de proposta para a construção de uma “comunidade pensante”, uma vez que foi construída por técnicos sem nenhuma discussão anterior com os professores.

No material que compõe a Nova Proposta fica explícito que há uma tentativa de inovação, na medida em que incentiva o discente à pesquisa sobre o tema abordado. Paradoxalmente, nestes “sugere-se” os conteúdos que devem ser estudados, a forma de ensiná-los e no tempo em que aluno deve aprendê-los. Ademais, a constituição dos *Cadernos do Aluno*, quase sempre se limita a atividades de leitura de documentos escritos, nem sempre bem contextualizados, distanciando-se das orientações recentes sobre o ensino de História, que pressupõe a utilização de diferentes tipos de fontes para a compreensão dos temas estudados. Assim, esse material do aluno acaba ocupando o tradicional lugar do livro didático, o qual desempenhou, por muito tempo, um papel quase que exclusivo no ensino de História.

Por último, gostaríamos de destacar a ausência nos *Cadernos de História* de uma leitura crítica do documento. Agravando essa situação, há a limitação do tempo imposto para o desenvolvimento das situações de aprendizagem, inviabilizando a utilização, pelo professor,

de outras fontes, em sala de aula, sobre o tema abordado, tais como acervos de museus e arquivos, livros didáticos e não didáticos, produção literária e artística, entre outros, e assim, dificultando um ensino e uma aprendizagem significativa da disciplina de História na rede estadual paulista.

## Considerações finais

De forma geral, a Nova Proposta Curricular do Estado de São Paulo converge para uma política neoliberal, caracterizada pela centralização e determinação da Secretaria de Educação do que deve ser ensinado. Nesta perspectiva de uniformização e padronização do ensino, o currículo de História tem se aproximado muito mais de um ensino de História tradicional, focado nos acontecimentos da História Ocidental e objetivando principalmente o desenvolvimento da capacidade de leitura e escrita do aluno.

## Referências bibliográficas

- BITTENCOURT, Circe. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- CIAMPE, Helenice *et aliae*. *O currículo bandeirante: a Proposta Curricular de História no estado de São Paulo*, 2008. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 361-382, 2009.
- FONSECA, Selva Guimarães Fonseca. *Didática e prática de ensino de história*. Campinas: Papirus, 2003.
- KARNAL, Leandro. *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARTINS, Maria do Carmo. *A construção da Proposta Curricular da CENP período de 1986 1992: confrontos e conflitos*. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- NORONHA, M. O. *Políticas neoliberais, conhecimento e educação*. São Paulo: Alínea, 2006.
- PINSKY, Carla Bassanezi. *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2010.
- SEE/SP. *Caderno do aluno: ensino fundamental, 5ª série*. São Paulo: SEE/SP, 2009. 4v.
- \_\_\_\_\_. *Caderno do aluno: ensino fundamental, 6ª série*. São Paulo: SEE/SP, 2009. 4v.
- \_\_\_\_\_. *Caderno do aluno: ensino fundamental, 7ª série*. São Paulo: SEE/SP, 2009. 4v.
- \_\_\_\_\_. *Caderno do aluno: ensino fundamental, 8ª série*. São Paulo: SEE/SP, 2009. 4v.
- \_\_\_\_\_. *Caderno do aluno: ensino médio, 1ª série*. São Paulo: SEE/SP, 2009. 4v.
- \_\_\_\_\_. *Caderno do aluno: ensino médio, 2ª série*. São Paulo: SEE/SP, 2009. 4v.
- \_\_\_\_\_. *Caderno do aluno: ensino médio, 3ª série*. São Paulo: SEE/SP 2009. 4v.
- \_\_\_\_\_. *Caderno do gestor: gestão do currículo na escola*. São Paulo: SEE/SP, 2008. V. 1.
- \_\_\_\_\_. *Caderno do gestor: gestão do currículo na escola*. São Paulo: SEE/SP, 2008. V. 2.
- \_\_\_\_\_. *Caderno do gestor: gestão do currículo na escola*. São Paulo: SEE/SP, 2008. V. 3.
- \_\_\_\_\_. *Caderno do gestor: gestão do currículo na escola*. São Paulo: SEE/SP, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Currículo do Estado de São Paulo: ciências humanas e suas tecnologias* Coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. São Paulo: SEE/SP, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Jornal do aluno – São Paulo faz escola – edição especial da proposta curricular fev./2008 – ensino fundamental*.
- \_\_\_\_\_. *Proposta Curricular do Estado de São Paulo*. São Paulo: SEE/SP, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *Revista do professor - História - Ensino médio*, 2008.